

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2016
(Do Sr. Deputado Federal Afonso Florence – PT/BA)

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Secretário de Comunicação da Presidência da República, acerca dos gastos efetuados com publicidade nos últimos 06 meses, como também em relação à divisão das verbas publicitárias e respectivos beneficiários.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República – Senhor Eliseu Padilha e ao Secretário de Comunicação da Presidência da República, acerca dos gastos efetuados com publicidade nos últimos 06 meses, como também em relação à divisão das verbas publicitárias e respectivos beneficiários, devendo serem respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Quais os valores despendidos com verbas publicitárias no âmbito da SECOM da Presidência e órgãos vinculados nos últimos 06 meses?
- b) Quais as agências de publicidade contratadas pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo atualmente e quais os valores contratados com essas agências?
- c) Quais os montantes recebidos nos últimos 06 meses por cada uma das redes de televisão, de rádio, revistas, blogs e outros?
- d) Quais os critérios objetivos atualmente utilizados pela SECOM e órgãos vinculados para distribuírem as verbas publicitárias do Governo Federal e órgãos respectivos?

Solicito na oportunidade, que além de enviar as informações requeridas à Mesa Diretora, esses dados sejam encaminhados também diretamente a esse Parlamentar solicitante, no seguinte endereço: **Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 305 – Brasília – DF.**

Justificação

As verbas públicas, notadamente os gastos realizados com publicidade devem estar sob constante vigilância da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do Congresso Nacional.

Alguns órgãos de comunicação que tem uma posição crítica em relação ao Governo Federal têm divulgado que atualmente há uma irregular seletividade na distribuição das verbas publicitárias do Governo Federal, de modo a privilegiar aqueles “que falam bem do governo” e a sufocar pela ausência de recursos “os que assumem uma posição crítica” em relação ao governo atual.

Ora, os recursos públicos não podem ser usados de modo a privilegiar grupos econômicos de comunicação que estão alinhados aos projetos do governo federal e a prejudicar a parcela da sociedade que objetiva ter acesso a informações críticas e diferenciadas.

Cabe ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados, no exercício das suas funções constitucionais, fazer com que a aplicação desses recursos obedeça a critérios objetivos e que, na medida do possível, seja assegurada a isonomia na distribuição desses valores.

É o que se propõe alcançar com o vertente pedido de informações.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2016.



Afonso Florence
Deputado Federal PT (BA)